

Literatura comparada e literaturas estrangeiras no Brasil

Tania Franco Carvalhal

Uma primeira versão deste texto constituiu palestra que fiz no Curso de Pós-Graduação em Língua e Literatura Inglesa do Departamento de Letras da USP, São Paulo, em abril de 1995.

¹. CANDIDO, Antonio. Palavras do homenageado In: *1º Congresso ABRALIC: Anais*. Porto Alegre: UFRGS. 1989. Texto reproduzido In: *Recortes*. São Paulo, 1993.

Nas palavras iniciais que proferiu ao ser homenageado no I Congresso da ABRALIC, em Porto Alegre (1988), Antonio Candido, ao dizer que a “organização associativa dos especialistas era sinal de maturidade e com certeza ajudaria a Literatura Comparada brasileira a entrar na era do funcionamento sistemático”, observou que até aquele momento ela tinha sido “uma atividade universitária ainda discreta e frequentemente marginal, quase sempre subproduto das disciplinas de literaturas estrangeiras modernas”.¹

Interessa-nos pensar a que aludiria Antonio Candido ao final do parágrafo quando identifica, no início da institucionalização acadêmica da prática comparatista no Brasil, uma estreita vinculação entre ela e as literaturas estrangeiras modernas. Certamente estaria a lembrar de trabalhos pioneiros em literatura comparada que foram desenvolvidos no âmbito universitário sob forma de teses acadêmicas e não mais como resultado de um comparatismo “espontâneo e difuso” que, segundo ele, teria caracterizado os estudos críticos brasileiros, dotados em geral de “ânimo comparatista”. Ânimo concretizado na referência constante a modelos externos, tomados inclusive como critério de valor, como se sabe, pois os estudos de literatura nacional (como aliás a própria produção literária brasileira) caracterizavam-se por manifestar através da constante referência ao estrangeiro, ainda no dizer de Candido, “uma espécie de comparatismo não intencional, elementar e ingênito”.

Entre os trabalhos oriundos da experiência com literaturas estrangeiras estão aqueles que o próprio crítico menciona no mesmo texto: o de Keera Stevens, sobre viajantes ingleses em Portugal, o de Carla de Queiroz em Literatura Italiana sobre Metastásio e os árcades brasileiros, o de Marion Fleischer, em Literatura Alemã, sobre obras publicadas nessa língua no Rio Grande do Sul, o de Onédia de Carvalho Barbosa, em Literatura Inglesa, sobre traduções de Byron no Brasil, e o de Maria Alice Faria, em Literatura Francesa, sobre Musset e Álvares de Azevedo.

Como se vê, aparecem já nessa breve referência de Antonio Candido cinco literaturas estrangeiras que, na USP, motivaram estudos comparativos sistemáticos entre a nossa e aquelas literaturas, sobretudo no campo da recepção literária ou de análises pontuais entre dois (às vezes mais) autores de duas literaturas. Eis, portanto, numa perspectiva histórica, o quadro que desenha com nitidez a inclinação dos estudiosos de literaturas estrangeiras no Brasil para estudos que propiciem um aproveitamento simultâneo de dois campos de trabalho: o da literatura brasileira (que integra a formação do pesquisador brasileiro) e o da literatura estrangeira, na qual ele se especializa. Esse quadro, que poderia ser apenas inicial, se tem confirmado desde então por inúmeros trabalhos em diferentes universidades brasileiras, particularmente naquelas em que há mestrados e doutorados em literatura comparada: na própria Universidade de São Paulo, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Universidade Federal de Minas Gerais e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Nesta última, por exemplo, tive a oportunidade de orientar a tese de Doutorado em Literatura Comparada (a primeira a ser defendida no Doutorado em Letras da UFRGS, em dezembro de 1993) de Maria Marta Laus Pereira Oliveira, professora de francês da Universidade Federal de Santa Catarina, sobre a recepção da obra de Proust na crítica brasileira e também a tese de Maria Luíza Brandão da Silva, professora de literatura francesa na UFRGS, sobre a leitura de intertextos franceses no simbolismo sul-rio-grandense. Tive igualmente a ocasião, no recente concurso para Professor Titular de literatura norte-americana da UFMG, de apreciar o excelente estudo de Ana Lúcia Gazolla sobre as viajantes anglo-americanas no Brasil no século XIX, intitulado “Mulheres à deriva”. Os exemplos poderiam se multiplicar e eles são aqui mencionados para identificar a origem desses trabalhos e a tendência geral e permanente dos professores de literaturas estrangeiras na universidade brasileira a se ocuparem com pesquisas de natureza comparatista. Tal incidência aponta para uma “inclinação natural” dos estudiosos de literaturas estrangeiras aos estudos comparatistas. Devido a essa inclinação natural (ou habilitação natural), a ABRALIC, desde sua constituição, pôde contar entre seus associados com expressivo número de professores de literaturas estrangeiras, pois habituado a lidar com duas ou

mais línguas, literaturas e culturas, adquire esse pesquisador uma dupla competência, necessária a estudos dessa natureza.

Essas rápidas considerações nos permitem dizer que tais estudos não podem, hoje, ser mais considerados como subprodutos das disciplinas de literaturas estrangeiras modernas, como os designou Antonio Candido, tendo por base o quadro histórico inicial. Na verdade, oriundos do trato com literaturas estrangeiras, eles se têm convertido em parte essencial não só das atividades de ensino e pesquisa das literaturas estrangeiras no Brasil como dos estudos de literatura comparada aqui desenvolvidos. Tendo em vista as orientações comparatistas mais recentes, eles assumem uma importância decisiva. Sobretudo quando se ocupam com as análises de produção/recepção literárias a partir de uma concepção de polissistema, tal como a definiu Itamar Even Zohar (In: *Papers in Historical Poetics*, Tel Aviv, 1981), e com estudos intra e interculturais nos quais a tradução tem um lugar central, sem falar das investigações que se caracterizam como “cross cultural studies” e que incluem os estudos sobre viajantes e cronistas. Nesse contexto, os estudos interliterários e interculturais ganham uma grande relevância. Trata-se, pois, não só de sensível acréscimo de uma incidência numérica em trabalhos dessa natureza mas de um avanço certamente qualitativo nos estudos realizados nesses campos e que se identificam, particularmente, pela adoção de novos pressupostos teóricos e metodológicos, antes não disponíveis.

Mas, cabe indagar, por outro ângulo embora ainda no mesmo contexto, o que faz com que um professor de literatura estrangeira entre nós adote, com tanta frequência, a orientação comparatista.

A resposta pode vir rápida, pois não é difícil perceber que se trata, ainda e sempre, de peculiarizar uma atuação a partir do lugar onde o pesquisador se situa (ou seja, o *locus* da enunciação). Quer dizer, um professor de literatura estrangeira no Brasil, por mais especializado que seja em períodos, tendências, gêneros ou autores estrangeiros (Shakespeare ou o drama burguês francês, por exemplo) sabe que, em lugar de restringir-se apenas àquela literatura estrangeira, poderá contribuir decisivamente para o conhecimento que desenvolve se tomar uma perspectiva que lhe é particular e que só um pesquisador com a dupla formação que possui (em literatura brasileira e estrangeira) pode assumir. Assim, estudar a recepção de Shakespeare ou de Proust no Brasil significa contribuir para o conhecimento desses autores num ângulo diverso dos estudos empreendidos por pesquisadores europeus, quer dizer, examiná-los sob o ângulo da reação que eles provocaram em contextos diversos ao de suas origens e da multiplicidade de leituras que eles são capazes de suscitar. Mas significa também observá-los com uma visibilidade particular e colaborar para um entendimento mais eficaz da literatura/cultura que os acolhe. Significa, ainda, indagar sobre as razões pelas quais determinado autor (seja ele importante ou não na literatura de origem) repercute e se difunde em outro

contexto literário e cultural, com maior ou menor sucesso. Estudos comparativos dessa ordem, que levam em conta a produção/recepção das obras, respondem a uma necessidade contextual, a urgências específicas de cada espaço determinado. A estratégia que define “o lugar de onde se fala” é tão significativa que se converteu em objeto de reflexão para muitos estudiosos e, poder-se-ia mesmo dizer, em uma espécie de categoria crítica.

Em texto publicado na *Revista de Crítica Literária Latinoamericana* nº 40, 1994, pp. 363-374, e elaborado como instrumento de trabalho para a JALLA 95 (realizada em Tucumán, Argentina, em agosto de 1995). Walter Mignolo, ao tratar dos processos de globalização, indaga como esses processos afetam as práticas culturais. E pergunta: “De que maneira as línguas ligadas aos impérios (Espanhol, Português, Francês, Inglês), e as práticas culturais nessas línguas impõem formas de pensamento que tratamos de impor a práticas culturais em outras línguas (Aymara, Quechua, Hebreu, Árabe, Chinês, etc)?” É certo que o autor está ocupado com espaços e línguas muito específicas e não similares às dos povos colonizadores mas, de qualquer modo, sua reflexão valoriza a noção de contexto, “o lugar desde onde se pensa, fala e escreve”. Por isso, indaga: “De que maneira viver e pensar nos Andes é distinto de pensar e viver em Manhattan? Como articular o lugar de onde se é (falo de processos educativos, não de processos biológicos e administrativos) e o lugar onde se está na produção cultural?” Enfim conclui que “pensar a produção, a literatura, o discurso (colonial ou nacional) nesses termos, nos convida a repensar fundamentalmente as categorias com que temos estado trabalhando, nos últimos 30 anos, nos estudos literários.”

Ana Lúcia Gazolla, em dois estudos intitulados respectivamente “Perspectivas em estudos comparativistas de literatura brasileira e americana” e “Decentering Narcissus: Comparing Literature In (and From) the Third World” observa que “no trabalho de crítica literária e em nossos cursos na Universidade, o caminho parece ser o estudo comparativo das várias literaturas e da brasileira, quando se afirmarão simultaneamente – por contraste – características peculiares a cada uma, mitos nacionais, diferenças e semelhanças”, para concluir que se deva “buscar no confronto das estratégias e dos sentidos por elas projetados, via comparação e contraste dos textos, nosso *entre-lugar* (Ana Lúcia adota a expressão usada por Silviano Santiago em artigo conhecido) cultural, nossa marca, nossa cicatriz”.²

Os estudos de recepção literária, como o de Munira Mutran sobre Joyce no Brasil ou os que se ocuparam de autores como Whitman ou Baudelaire em nosso país, são exemplares nesse caso, bem como aqueles que tomam o caminho inverso, quer dizer, centram suas análises na obra de autor nacional examinando como nele repercutem os influxos estrangeiros. Estou a pensar nos trabalhos reunidos por Leyla Perrone-Moisés no número 1 da Coleção Documentos da série *Estudos Brasil-França* sobre as “Relações culturais

². GAZOLLA, Ana Lúcia. In: *Quarta Semana de Estudos Germânicos. Anais*. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1986, p.25.

França-Brasil: influências e convergências” (novembro de 1991). Trata-se de “Osman Lins, marinheiro de primeira viagem”, de Sandra Nitrini, de “Bilac em Paris”, de Antonio Dimas, “Veredas do indianismo: a contribuição de Denis”, de Maria Cecília de Moraes Pinto, e de “Leituras Francesas de Manuel Bandeira”, de Davi Arrigucci Jr., por exemplo. De certo modo, esses estudos mais recentes substituem os tradicionais estudos de influências (vindo mesmo a inclui-los) e aqueles que se ocupam com a fortuna crítica de uma obra. Como se sabe, com a ênfase teórico-crítica desviada do autor e do texto em si mesmo para o leitor, os estudos de recepção/transmissão ganharam outra relevância. De um lado, a história literária tende a ser construída, no futuro, pelos significados e/ou interpretações dadas aos textos por diferentes leitores e públicos, tanto sincrônica como diacrônicamente, nos termos das condições que produziram as modificações de significados. De outro, a recepção literária tende a ser estudada no contexto da recepção simultânea de outros textos, não literários, verbais como não-verbais, além dos códigos culturais e sistemas de valores sob os quais os leitores basearam sua recepção dos textos.

Já H.R. Jauss, em seu ensaio “Estética da recepção e comunicação literária”, apresentado no Congresso da AILC em Innsbruck, 1979, e publicado em 1980, apontava para o fato de que a estética da recepção – Escola de Constanza – foi se transformando, a partir de 1966, em uma “teoria da comunicação literária”. Quer dizer, a noção de recepção passa a ser entendida em duplo sentido: 1. de acolhida (ou de apropriação) e 2. de intercâmbio. A recepção define-se, então, como ato duplo que inclui o “efeito produzido pela obra de arte” e “o modo como o público a recebe”. Assim, conforme Jauss, a tarefa de representar a história das literaturas como um processo de comunicação implica em reconstruir “o repertório ativo” da compreensão nas relações de recepção e de intercâmbio literários. Admitir a possibilidade de constituição de um repertório ativo, por sua vez, implica reconhecer que todo ato de recepção pressupõe uma escolha, e uma parcialidade com relação à tradição. Uma tradição literária formada necessariamente em um processo que supõe duas atitudes opostas: a apropriação e a rejeição, isto é, a conservação do passado e sua renovação. Em outros termos, uma tradição construída pelos procedimentos de memória e esquecimento.

Esses pressupostos, que correspondem a uma alteração de paradigma nos estudos comparatistas, têm certamente consequências metodológicas. A falência da concepção linear no processo construtivo da tradição nega a causalidade simples de filiações, antes atribuídas à fonte e ao modelo. Além disso, a concepção dialética da historiografia literária leva à descoberta de relações comunicativas ocultas e à constituição de um repertório de tipos e formas de recepção extremamente diferenciados: a reminiscência, a sugestão, o empréstimo, a imitação, a adaptação e a variação. Nessa linha de reflexão, encontra-

mos as propostas de organização tipológica dessas apropriações elaboradas pelo eslovaco Dioniz Durisin desde 1975, as categorias gerais, ou transcendentais – tipos de discursos, modos de enunciação, gêneros literários, etc. – das quais resulta cada texto singular, expostas por Gérard Genette, em *Palimpsestes – La littérature au second degré* (1982), ou a análise das apropriações textuais feita por Antoine Compagnon em *La seconde main ou le travail de la citation* (1979), ou ainda a teoria hermenêutica de Harold Bloom, que substitui o mito literário dos precursores por um registro de categorias, em sua perspectiva do “mal entendido criativo”, o “creative misreading”, de *A Map of Misreading*, até a elaboração ensaístico-ficcional de Jorge Luis Borges, em “Kafka y sus precursores”, “Pierre Ménard, autor del Quixote” e outros textos borgesianos.

Para a prática comparatista, as repercussões dessas novas concepções são evidentes: desvalorizam-se as relações de fato (identificadas e comprováveis) substituindo-as por relações de valor; ocorre a falência dos paralelos, pois toda a comparação necessita de um “tertium comparationis”, isto é, de uma norma teórica que cabe descobrir via reflexão hermenêutica; enfatiza-se menos a “fonte” e mais o processo de apropriação/transformação a que o novo texto a submete; neutralizam-se as noções de originalidade, de precedência, de antecipação; equilibram-se, no juízo valorativo, os textos, dando-se maior importância à rede de relações que eles estabelecem entre si e com os demais, anteriores ou simultâneos.

Atualmente, a literatura comparada vale-se dos avanços das várias teorias literárias para repensar critérios e noções consideradas básicas a esse tipo de estudo.³

Recepção e tradução na prática comparatista

Aproximar, por exemplo, as concepções da hermenêutica às da literatura comparada poderia parecer, à primeira vista, exagerado. Suas gêneses são efetivamente diferentes. Sabe-se que a literatura comparada é um dos frutos do positivismo de Comte e da concepção do universo como sendo uma sequência de fatos positivos. Daí a incidência, no paradigma comparatista tradicional, do determinismo tainiano, do primado das relações causais, da tendência à classificação científica. Por outro lado, a hermenêutica moderna tem suas origens justamente na reação anti-positivista. Dilthey, tanto quanto Scheiermacher, concebeu as diferenças entre os métodos das ciências naturais e os métodos da história, contrastou a explicação da compreensão e, sobretudo, considerou essa última como um processo individual e subjetivo. Mas é justamente no campo dos estudos de recepção literária, frequentes no

³. Procurei examinar a articulação entre as diversas teorias e as práticas comparatistas em artigo intitulado “Teorias em Literatura Comparada” e publicado na *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, nº 2, editada recentemente. Tratei de apontar, naquele texto, as diversas tentativas nos anos 80 de formular “teorias em literatura comparada” (H.G. Ruprecht, 1985. Adrian Marino, 1988. E. Miner, 1990) além do pensamento mais disperso de uma literatura “planetária”, tal como o formula Etiemble. Ali, procuro acentuar que as diversas teorias repercutiram também diversamente na prática da literatura comparada mas todas contribuíram para o afinamento de noções, para a eficiência do instrumental analítico e para que a literatura comparada permanentemente

se indague sobre sua própria definição. Do mesmo modo, no nº 114/115 da *Revista Tempo Brasileiro* (1993), procurei analisar a articulação do conceito teórico da intertextualidade com as relações interliterárias que têm sido um campo de atuação tradicional dos comparatistas. Explorei, inclusive, a leitura de Claudio Manuel da Costa feita por Sergio Buarque de Holanda em *Capítulos de Literatura Colonial* (1991), obra organizada por Antonio Candido, na qual as noções de fontes e modelo são exemplarmente entendidas e aplicadas. Vale aqui retranscrever uma de suas observações. Ao comentar as repercussões do tipo de estudo de “fontes”, B. de Holanda observa: “Não são as ‘influências’ recebidas, através de sua evolução, por um determinado escritor, o que importa verificar num esforço dessa natureza, nem saber as razões particulares que o teriam levado a escolher este ou aquele ‘antecedente literário’ – pois a verdade é que tais escolhas se prendiam tanto quanto possível, naqueles tempos, a convenções e padrões comumente aceitos e dependiam, em muito menor grau do que hoje, de um critério pessoal –, nem ainda chegar a um julgamento inequívoco de valor. Mas justamente pelo fato de nos apresentar a existência quase obrigatória daqueles ‘antecedentes’ uma escala de referências mais ou menos fixa, temos maiores probabilidades de, partindo dela, ganhar acesso ao que constitui mais propriamente a parte do autor em sua obra e ao que haja, nesta, de verdadeiramente orgânico e intrínseco.”

Ressalta nas palavras de Sergio Buarque de Holanda aqui recortadas uma compreensão da noção de influência que já é moderna. Isso por-

comparatismo contemporâneo, que a dimensão hermenêutica dada pelo leitor/receptor interessa e aproxima as duas orientações.

Se as relações entre emissor-receptor estão hoje praticamente alteradas, é o receptor agora que é o sujeito determinante, fundamental e seletivo de todo o processo interliterário. A função da recepção em literatura comparada tem entretanto seus aspectos específicos, o que faz com que a noção mesma de recepção seja aí determinada de forma um pouco diferente. Em primeiro lugar, a recepção integra os estudos comparatistas como elemento das relações interliterárias. Assim, os estudos pontuais de recepção podem (e devem) ser integrados para que se obtenha o conhecimento global das relações interliterárias em diferentes momentos. Caberia, pois, converter esses estudos em objeto de reflexão comparatista, ou seja, articular as recepções de Byron, Whitman, Joyce (para ficarmos em autores de expressão inglesa) na indagação do que nos dizem sobre a crítica e o polissistema literário brasileiros. São muitas as propostas de trabalho nesse campo. Além da que mencionei, deve-se evocar a de “recepção comparada”, que analisa a repercussão de um dado autor em contextos culturais diversos. Além disso, há que distinguir nos estudos de recepção em literatura comparada aqueles que se ocupam da análise das formas explícitas da recepção (levando em conta as edições, as críticas, as resenhas, as traduções, etc.) e assim tendo sua atenção centrada nas condições de compreensão e de interpretação da obra, e os que tendem às formas implícitas, quer dizer, mais complexas e criativas que são tratadas como processos intertextuais de produção literária. As orientações mais atuais e correntes nesse campo são analisadas por Yves Chevrel no trabalho “Les études de réception”, inserido em *Précis de Littérature Comparée* (Paris, PUF, 1989) organizado pelo autor e por Pierre Brunel. Nesse ensaio, Y. Chevrel ocupa-se com questões de métodos, indagando se haveria uma especificidade nos estudos comparatistas de recepção que os distinguiriam de estudos não comparatistas? Em outras palavras, ele estaria respondendo a R. Wellek que no capítulo 5 de sua *Teoria da Literatura* (1949) afirmava não haver diferença metodológica entre analisar “Shakespeare na França” e “Shakespeare na Inglaterra do século XVIII”. Para Chevrel, “os métodos comparatistas partem da hipótese (que não exclui outras perspectivas) que uma obra não pode ser considerada como um absoluto, mas também em suas diferentes concretizações e em suas relações possíveis; por outro lado, uma perspectiva comparatista pressupõe que um encontro de duas culturas permite colocar em evidência certos elementos que não apareceriam se o estudo fosse conduzido no interior de uma só cultura.” Daí retirar ele dois argumentos, que marcariam a especificidade dos estudos comparatistas de recepção: 1. toda uma parte da documentação será constituída por transformações de textos (que é necessário estudar com uma metodologia apropriada): traduções, adaptações...; 2. a recepção de um texto estrangeiro se verifica também, em boa

parte, através do discurso crítico que ele motiva. Ora, esse discurso, confrontado precisamente ao estrangeiro que se trata de introduzir, de tornar acessível (mesmo que seja eventualmente para combatê-lo) não se pode servir dos mesmos meios que aqueles de que dispomos para falar de uma obra homogênea à tradição cultural do público ao qual ela se dirige. Chevrel usa como exemplo: “Quando Fontane reage, a propósito de Schiller ou de Storm, ele procede, parcialmente, a uma investigação de sua própria herança; quando ele se interessa por Zola, é antes de tudo para compreender como uma outra literatura é possível” (p. 190). Temos aqui, portanto, enfatizada a perspectiva mencionada antes de que a atitude comparatista pressupõe não só meios mas objetivos diferentes daqueles utilizados para o estudo desenvolvido no interior de uma única literatura.

Ao final do ensaio de Y.Chevrel é ainda acentuada a relação entre estudos comparativos de recepção e interdisciplinaridade, sendo mencionadas a sociologia, a psicologia, as teorias da informação e da comunicação, além da história *tout court*, como possibilidades de encontros metodológicos em estudos comparatistas de recepção.

Certo é que igualmente os estudos da estética da recepção incidem em outras tradicionais orientações dos estudos comparatistas como a imagologia, pois recepção literária e representação do Outro não podem ser estudadas separadamente. Também incide no estudo dos mitos, que permite, como diz o autor, “aux études de réception, qui n’excluent ni la minutie des recherches, ni les vastes perspectives, de se situer à leur place dans l’exploration de l’imagerie des hommes”.

É nesse contexto que também os estudos de literatura em tradução – cujo desenvolvimento tem sido crescente – se incluem na prática comparatista. Na verdade, a reflexão sobre a teoria da tradução – escassa durante muito tempo – colaborou decisivamente para essa aproximação. Durante muito tempo considerada a “prima pobre” ou “les belles infidèles”, a tradução custou a ser considerada não só uma atividade possível como também a adquirir importância na constituição do polissistema literário. A expressão bem conhecida de Itamar Even Zohar identifica a literatura como um sistema de sistemas no conjunto dos quais a literatura em tradução se integra como um fator relevante de transformações. Assim, várias questões tornam-se possíveis: por que algumas culturas traduzem mais do que outras? por que se traduz mais em certos períodos e menos em outros? Que tipo de texto consegue ser mais traduzido? Qual a relação entre o estímulo à tradução e a produção literária de uma literatura dada? Parte-se do princípio de que o ato de traduzir realiza uma ação mobilizadora do polissistema literário que a acolhe, sendo também um gesto responsável. Como observou Yves Chevrel no item “Littérature en traduction et système d’accueil” de seu pequeno mas utilíssimo *La Littérature Comparée* (Paris, PUF, 1989): “traduire, éditer une traduction, n’est pas

que refere-se ao modelo como antecedente, julgando-o necessário e natural, e, além disso, ocupando-se mais com “a parte do autor na sua obra” ou com as assimilações nela produzidas com as repercussões do antecedente. É nisso, pois, que autores como ele – que foi professor de literatura comparada – ou como Augusto Meyer ou Otto Maria Carpeaux, que também exploraram os estudos de “fontes” de forma criativa e atual em muitas passagens, podem nos fornecer subsídios para uma perspectiva de análises desse tipo que sejam adequadas e próprias à nossa maneira de olhar e de ver.

Inclino-me, portanto, a associar a leitura de nossos críticos, naquilo que eles nos podem dar em sua prática comparatista e nas reflexões que sobre ela fizeram, com os conhecimentos fornecidos pelo avanço do pensamento teórico, dominante a partir dos anos 60.

seulement envisager une opération d'ordre linguistique, c'est aussi prendre une décision qui met en jeu un équilibre culturel et social: traduire la *Bible* à été, et reste, une opération d'ordre idéologique et politique" (p. 18).

Arguida por uns como prática desejável e possível, na qual a noção de "fidelidade" foi por muito tempo defendida, a tradução custou a se libertar dos estigmas que lhe destinavam um papel secundário na produção literária. A metáfora feminina de "les belles infidèles" é sintomática de uma posição subalterna. Lori Chamberlain chamou a atenção para a sexualização da terminologia que envolve a tradução: fidelidade é uma noção implícita em casamentos, contratos que se celebram entre a tradução (como mulher) e o original (como o marido, o pai ou o autor). (V. "Gender and the Metaphorics of Translation", In: Lawrence Venuti (ed) *Rethinking Translation*, 1992). Daí também a expressão "traduttore traditore" que se difundiu amplamente aludindo à idéia da tradução como transformação negativa, traição da fidelidade devida ao original.

Atualmente, a tradução, reconhecida em seu valor intrínseco e como elemento de difusão literária e prática legitimada, tem sido um elemento essencial aos estudos comparatistas, como também os estudos de cartografia e de relatos de viajantes. Contribuem todos para a construção de uma história cultural que se escreve em diferentes dimensões e modulações, as quais podem ser contrastivamente comparadas e que ocultam, muitas vezes, dados substantivos sobre uma época. Assim o entende Susan Bassnett que, em seu recente *Comparative literature – A Critical Introduction* (1993), enfatiza a importância do estudo das traduções na prática comparatista, querendo mesmo quase que reduzir essa última a esse procedimento produtivo, ao qual atribui a designação de "Intercultural Studies". Para ela, "mapear, viajar e traduzir não são atividades transparentes. São atividades bem definidas e localizadas, com pontos de origem, de partida e de destinação."

Portanto, não só interessa analisar os textos traduzidos em si mesmos, como procedimentos literários e manifestações culturais, mas também na interferência que provocam no polissistema que os acolhe. A tradução de um texto, observa Yves Chevrel na obra já citada, "est rarement indépendant du système qui est destiné à l'accueillir." O comparatista ilustra sua afirmação com os fatos de que Desdêmona não morre no *Othello* montado em Hamburgo em 1776 e que as discussões que Goethe descreve, em *Wilhelm Meister* (1795-1796), sobre as maneiras de interpretar *Hamlet* testemunham que um texto estrangeiro é suscetível de ser manipulado sem pudor. Para ele, o tradutor oscila entre duas possibilidades: a da tradução "adequada" (que respeita ao máximo a natureza estrangeira do texto original e que pode ir até à transcrição pura e simples) e a tradução "dinâmica", que integra ao máximo o texto traduzido na tradição do polissistema de chegada.

As considerações de Chevrel encontram perfeita complementação no ensaio de Antonio Candido sobre os tradutores de Baudelaire (“Os primeiros baudelairianos”) em *A Educação pela noite & outros ensaios* (1987) no qual ele identifica “uma certa deformação” nas primeiras traduções brasileiras, justificando-as ao dizer que elas agem “como as que em toda influência literária tornam o objeto cultural ajustado às necessidades e características do grupo que o recebe e aproveita” (p. 25).

Assim, a “deformação”, que seria um critério negativo de avaliação, passa a ser entendida como natural e necessária, pois ela “funciona de maneira construtiva, dadas as condições locais” (p. 37), segundo ainda o autor. E continua: “a exacerbação de sexualidade que os moços efetuaram a partir do texto *d’As flores do mal* foi uma *felix culpa*.”

Isso explica que toda tradução seja resultado de uma escolha, opção consciente diante de uma necessidade do polissistema que se decide, voluntariamente, nutrir. O sub-sistema da literatura em tradução concretiza, por sua vez, o conjunto dessas necessidades e das escolhas que as exprimem. Estudá-las, pois, no sentido da contribuição que prestam ao polissistema, é tarefa do comparatista. Ele estará contribuindo para o conhecimento das literaturas postas em confronto e, por isso, deverá ter presente características que as especificam. Pode-se ilustrar esse fato com uma observação de José Paulo Paes em ensaio sobre a tradução de *Tristram Shandy*, o famoso romance de Laurence Sterne de forte repercussão em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, como se sabe. Ao tratar dos pronomes de tratamento e suas implicações na tradução que elabora. Paes contrasta o texto de Sterne com outros de mesma época (1728) e observa, em “Sob o Signo de Judas ou Digressões de um Tradutor de Sterne”, que, “na questão da comparatividade de textos contemporâneos de diferentes línguas, há um outro ponto a ser considerado numa estratégia de tradução, qual seja o desigual ritmo de desenvolvimento das várias literaturas nacionais. O romance inglês do século XVIII, pelo vigor do seu realismo, pela agilidade da sua linguagem narrativa e pelo amplo público leitor que conseguiu aliciar para as suas produções, estava indubitavelmente na vanguarda da literatura européia. Perto dele, a apoucada ficção portuguesa da mesma época, mofina e retardatária, fazia triste figura, já que a prosa de ficção propriamente dita, como estilização do *sermo vulgaris*, só iria começar a surgir em língua portuguesa no século seguinte. Portanto, apesar de publicado quase à mesma altura *d’As Aventuras de Diófanos* e do *Peregrino da América*, o *Tristram Shandy* tinha no mínimo dois séculos de avanço sobre eles, para nos limitarmos ao ritmo de desenvolvimento histórico da prosa de ficção, sem cogitar, por absurdos, de quaisquer juízos de valor”. (In: *Tradução & Comunicação*, nº 4 19-30, julho, 1984).

Como se percebe, o movimento é dialético: do texto traduzido ao texto original permeia uma série de questões que o conhecimento literário esclarece-

ce. Pelo que permite de lisibilidade mesmo na operação que a origina, a tradução é fator não apenas de difusão de textos em processos interliterários mas é também um elemento iluminador dos procedimentos criativos e receptivos.

Vale lembrar que os estudos comparativos binários caracterizavam-se por excluir as traduções, preconizando sempre a leitura no original. Reintegrá-las significa admitir um outro fator na comparação ou o seu desdobramento não exclusivamente atento a apenas dois polos da indagação mas a outros mais como as alterações textuais, introduzidas na tradução como leituras possíveis daqueles textos.

Como se percebe, dilatam-se os campos de atuação do comparatista e, nessa ampliação, pelo menos nas formas que aqui foram enfatizadas, a contribuição do especialista em literaturas estrangeiras se torna substantiva. Tendo em vista essas duas dimensões – a formação de uma dupla competência (pelo menos dos que seguem uma licenciatura dupla) e a necessidade inerente de falar de um determinado lugar, de um “horizonte” próprio e específico – esse especialista é um comparatista por excelência. Porque, na verdade, ser comparatista não é atitude que se assuma no começo mas no fim de um percurso de formação: não nascemos comparatistas mas nos tornamos comparatistas, aproveitando nesse campo de estudo as experiências múltiplas adquiridas no trato com mais de uma literatura e a inclinação manifesta para trabalhos que exijam largas perspectivas e análises transnacionais. É nesses trabalhos que iremos formular novas categorias críticas que nos permitam caracterizar como nosso o comparatismo que praticamos.

